



Universidade de Brasília
Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade (FACE)
Curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP)

ARTUR ANTONIO DOS SANTOS ARAUJO

**JUVENTUDE VIVA: MONITORAMENTO E
RESULTADO DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS EM
MACEIÓ/AL ENTRE 2012 e 2013**

Brasília – DF
2014

Araújo, Artur Antônio dos Santos.

JUVENTUDE VIVA: MONITORAMENTO E RESULTADOS DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS EM MACEIÓ/AL ENTRE 2012 e 2013 / Artur Antônio dos Santos Araújo. – Brasília/DF, 2014.
46 f. : il.

Relatório Final (bacharelado) - Universidade de Brasília, Curso de Gestão de Políticas Públicas, 2014.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suylan de Almeida Midlej e Silva, Curso de Gestão de Políticas Públicas.

1. Gestão de Políticas Públicas. 2. Homicídios. 3. Juventude. 4. Intersetorialidade 5. Racismo I. Título.

ARTUR ANTÔNIO DOS SANTOS ARAUJO

**JUVENTUDE VIVA: MONITORAMENTO E
RESULTADOS DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS EM
MACEIÓ/AL ENTRE 2012 e 2013**

Relatório de pesquisa a ser apresentado
como trabalho de conclusão da disciplina
de “Residência em Políticas Públicas”.

Professora Orientadora: Dra. Suylan de
Almeida Midlej e Silva

Brasília - DF

2014

Dedico este trabalho ao “Movimento das Mães” dos jovens vítimas da violência urbana no Brasil.

RESUMO

O objetivo principal dessa pesquisa é investigar quais são as ações do Estado para conter os índices de violência no Brasil, haja vista que o país possui uma das taxas de homicídios mais altas do Mundo e que os dados revelam que a juventude negra é a principal vítima dessa violência. Para compreender esse cenário, recorreu-se aos índices de homicídios do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS/MS), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (SESAU/AL) e Mapa da Violência 2012 e 2013. Nesse contexto, foi realizada uma reflexão sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil no que refere às políticas públicas para conter os homicídios no Brasil. Para tanto, procurou-se refletir sobre o sistema de monitoramento utilizado no Programa Juventude Viva. A base conceitual utilizada foi sobre políticas públicas, racismo, intersetorialidade, interseccionalidade e transversalidade, entre outros conceitos. As principais referências teóricas foram Ianni (1978), Hasenbalg (1979), Oszlak (1980), Lynn (1980), Peters (1986), Minayo (1993), Mead (1995), Nogueira (1998), Guimarães (1999), Jaccoud (2003), Neto (2003), Junqueira (2004), Souza (2006), Florestan Fernandes ([1972]2007), e Waiselfisz (2013). Os resultados revelaram que o Programa Juventude Viva impactou timidamente os indicadores de homicídios no Município de Maceió/AL, bem como, não diminuiu a disparidade nos índices de homicídios entre a população branca e negra. Por isso, constatou-se, ainda, a necessidade de conhecimentos e instrumentos de gestão que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade do Programa Juventude Viva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Painel de Monitoramento Maceió/AL - Vulnerabilidades.....	40
Figura 2 - Painel de Monitoramento Maceió/AL - Educação	41
Figura 3 - Painel de Monitoramento Maceió/AL – Trabalho e Emprego	41
Figura 4 - Mapa de Maceió e os 3 municípios de maior ocorrência de homicídios.....	42
Figura 5 - Mapa de Maceió e as instituições que ofertam Políticas Públicas.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Brasileira – percentual, por categoria	22
Tabela 2 - Vítimas de homicídio por ano e cor. Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população total.....	22
Tabela 3 - Recursos orçamentários e ações do Plano Juventude Viva.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de Homicídios por faixa etária:	21
Gráfico 2 - Taxas de homicídios total (em 100 mil) por idade e cor. Brasil. 2010:	21
Gráfico 3 - Ordenamento das taxas de homicídios (por 100 mil) na População total das Capitais. Brasil. 2011. Taxas de homicídios total por idade e cor. Brasil. 2010:	19
Gráfico 4 - Óbitos – residentes de Maceió/AL. Frequência por ano do óbito segundo tipo de violência	44
Gráfico 5 - Óbitos residentes em Maceió/AL. Frequência por ano do óbito segundo raça/cor	45
Gráfico 6 - Residentes em Maceió/AL Frequência por Ano do Óbito segundo escolaridade..	46
Gráfico 7 - Residentes de Maceió. Frequência por ano do óbito segundo faixa etária	46

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Indicadores de homicídios no Brasil: raça/cor, faixa etária e território.....	19
2.2 Monitoramento e indicadores de resultados	19
2.3 Intersetorialidade, interseccionalidade e ações afirmativas em Políticas Públicas	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
4 DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA	33
5 Considerações Finais	48
6 Referências	50

Apresentação

No Brasil, mais de um milhão de pessoas foram vítimas de assassinato entre 1980 e 2010. Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, baixa escolaridade, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. A sociedade e a imprensa têm reivindicado ação do Estado para conter essa violência.

O público alvo desta pesquisa é o segmento juvenil da população brasileira, compreendido pelo grupo etário que se encontra entre 15 e 29 anos, conforme dispõe a Constituição Brasileira e o Estatuto da Juventude. Segundo o Censo de 2010, há no Brasil 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, o que equivale a cerca de ¼ da população do país.

Os dados revelam a necessidade de ações do Estado para combater a violência e diminuir o número de homicídios, sobretudo, porque a consequência desses homicídios vai além da perda da vida humana, pois cria um cenário de medo e incertezas para toda a sociedade brasileira.

Nesse contexto, o Estado, por meio da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria Geral e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República vem implementando o Plano Juventude Viva que tem como objetivo criar oportunidades de inclusão social e autonomia; oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência nos territórios mais vulneráveis; e aprimoramento da atuação do Estado, por meio do enfrentamento ao racismo institucional e sensibilização de agentes públicos para o problema da violência contra jovens (BRASIL, SNJ/SG, 2013).

Em setembro de 2012, o Governo Federal lançou em Alagoas o Plano Juventude Viva, Programa que articula Políticas Públicas de onze Ministérios, do governo do Estado e de oito prefeituras para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física (BRASIL, SNJ/SG, 2013).

A presente pesquisa pretende refletir sobre os resultados do Plano Juventude Viva e a relação entre as ações do Plano e o resultado nos índices de homicídios em Maceió/AL. Bem como, verificar se houve diminuição e se essa diminuição está diretamente relacionada ao Plano Juventude Viva.

Este relatório está organizado da seguinte forma: Introdução, com dados sobre o programa governamental Plano Juventude Viva (Juviva), sobre a Secretaria Nacional da Juventude, onde foi realizada a pesquisa de campo; Referencial Teórico, com a definição de

homicídio e dados relativos à temática e correlação com a questão de raça social, bem como discussão sobre avaliação acompanhamento e monitoramento de programa governamental; Procedimentos Metodológicos; Diagnóstico do Programa, a partir da pergunta norteadora, unidade de análise e objetivos específicos; e Considerações Finais, com algumas recomendações para a melhoria da gestão do Programa.

Introdução

O Plano Juventude Viva (Juviva) é uma ação interministerial que oferece um conjunto de políticas sociais para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente, os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil (BRASIL, SNJ/G, 2013).

Nacionalmente, foram selecionados 132 municípios, que, em 2010, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos. Todas as capitais foram incluídas. O estado de Alagoas foi escolhido para receber o piloto do Plano Juventude Viva por ocupar a primeira posição em taxa de homicídios do País. Os municípios de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro ocupam, respectivamente, os 2º, 30º, 119º e 123º lugares na lista nacional de número absoluto de homicídios contra jovens negros (BRASIL. SNJ/SG, 2013, p. 14).

Este Plano reúne 30 iniciativas de 25 programas federais, incluindo 8 Pastas Ministeriais, articulados com o intuito de prevenir a violência que atinge a juventude negra. Em Alagoas, houve ações promovidas pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde e Ministério do Esporte (Brasil, PR, 2012.).

O processo de discussão e elaboração do Plano Juventude Viva iniciou-se em julho de 2011 no Fórum Direitos e Cidadania, instância responsável por promover a articulação política e gerencial das ações voltadas para a garantia e expansão do exercício da cidadania (BRASIL, SNJ/SG, 2012).

Nesse contexto, definiu-se que o Juviva teria como estratégia articular programas do Governo Federal e os destinar ao público juvenil, em função de sua maior vulnerabilidade, e aos territórios mais afetados pela violência. O foco das ações é a criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados; a transformação dos territórios por meio do fortalecimento da presença do Estado; e o aperfeiçoamento da atuação institucional, por meio do enfrentamento ao racismo nas instituições. Para isso, articula as ações com estados, municípios e sociedade civil e busca firmar parcerias com Judiciário, Ministério Público e Defensorias para a promoção dos direitos da Juventude (Brasil, PR, 2012).

Tendo em vista o escopo do Juviva, este Plano se somou ao Plano “Brasil Mais Seguro”¹ e faz parte do Plano “Mais Brasil PPA 2012-2015”, constando como meta do governo na Lei do Plano Plurianual (PPA) 2012 – 2015, no Programa: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. O Plano pode ser classificado nos seguintes objetivos (BRASIL, MPOG, volume II, 2013):

- a) Objetivo 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.
- b) Objetivo 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade étnico-racial em instituições públicas e privadas.
- c) Objetivo 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo seu direito à vida.

O objetivo do Plano Juventude Viva é reduzir a vulnerabilidade da juventude negra à violência e prevenir a ocorrência de homicídios. Desde o dia 27 de setembro de 2012, o Plano está em implementação no estado de Alagoas, que ocupa a primeira posição em taxa de homicídios do País.

Nesse estado, o Plano tem foco em quatro municípios: Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro, que ocupam, respectivamente, 2º, 30º, 119º e 123º lugares na lista nacional de números absolutos de homicídios contra jovens negros.

O foco das ações do Juviva é a criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados; a transformação dos territórios por meio do fortalecimento da presença do Estado; e o aperfeiçoamento da atuação institucional, por meio do enfrentamento ao racismo nas instituições. Para isso, articula as ações com Estados, municípios e sociedade civil e busca firmar parcerias com Judiciário, Ministério Público e Defensorias para a promoção dos direitos da Juventude (BRASIL, SNJ/G, 2012).

Este Plano é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SG) e da Secretaria de Políticas de Promoção da

¹Em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=88123&chPlc=88123>>. Acesso em: 27 junho 2013.

Igualdade Racial (SEPPIR). Estas duas Secretarias da Presidência da República são os principais órgãos do Governo Federal que coordenam o processo de oficinas e reuniões com o Governo do Estado de Alagoas e as Prefeituras dos Municípios beneficiadas, que se comprometeram com a realização do Plano. Também, a SEPPIR e a SNJ/SG realizam reuniões com representantes da sociedade civil de Alagoas para dialogar sobre o Juviva (BRASIL, SNJ/SG, 2013).

O processo de discussão e elaboração do Juviva contou com a participação direta de nove ministérios do Governo Federal:

1. Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR, com a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ;
2. Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial - SEPPIR
3. Secretaria de Direitos Humanos - SDH
4. Ministério da Justiça - MJ
5. Ministério da Educação - MEC
6. Ministério da Saúde - MS
7. Ministério da Cultura -MinC
8. Ministério do Trabalho e Emprego -MTE
9. Ministério do Esporte - ME

Após a definição da primeira cidade a receber o Plano Juventude Viva, duas Secretarias da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude/SNJ e a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial/SEPPIR, foram os principais órgãos do Governo Federal responsáveis pelo processo de formulação, monitoramento e articulação dessa Política Pública com a Sociedade Civil.

Os diagnósticos elaborados pelos Governos (Federal, Estadual e Municipal) constataram a necessidade de transformação dos territórios onde ocorrem os homicídios com a oferta de Políticas Públicas nessas localidades (BRASIL. SNJ/SG, [s.d]). Nesse cenário, o Governo Federal elaborou o Plano Juventude Viva para enfrentar a violência, problematizar a banalização da morte e promover direitos à Juventude.

Nesse contexto, adotou-se a concepção transversal dessa política para fomentar valores da igualdade e da não discriminação racial, o enfrentamento ao racismo institucional e ao preconceito geracional, haja vista que estas categorias contribuem para esses índices de homicídios da juventude negra da sociedade brasileira (BRASIL. SNJ/SG, [s.d]).

O Juventude Viva é uma Política Pública que atribui ao Estado o papel de prevenção e superação dos altos indicadores de homicídios nos estados. Para tanto, houve o envolvimento da Sociedade Civil e de instituições públicas e privadas para a construção de diagnósticos, ações do Plano, Monitoramento, acompanhamento da execução, avaliação, articuladores territoriais, análises sócio espaciais, análise estatísticas, construção de diagnósticos, entre outros (BRASIL. SNJ/SG, [s.d]).

Esta pesquisa pretende refletir sobre o Plano “Juventude Viva” no Município de Maceió - Alagoas/AL. Para tanto, a organização escolhida para realizar a pesquisa de campo foi a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi criada por sugestão de um Grupo Interministerial, implementado em 2004 para fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos planos do governo federal destinados a esse público. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Grupo, que reuniu representantes de 19 Ministérios, recomendou a criação da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Plano Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituídos em 30 de junho de 2005 pela Lei 11.129 (BRASIL, SNJ/SG, 2013).

Vinculada à Secretaria-Geral, cabe à SNJ a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover Planos de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis (BRASIL, SNJ/SG, 2013). A unidade de análise deste estudo será a de monitoramento, baseada nas ações do Plano Juventude Viva que pretendem diminuir o número de homicídios. Estas ações são estruturadas em quatro eixos (BRASIL. SNJ/SG, 2013, p. 15-17): Desconstrução da Cultura de Violência; inclusão, oportunidade e garantia de direitos, transformação de territórios e aperfeiçoamento institucional.

O primeiro trata da desconstrução da cultura de violência e reúne ações voltadas para a sensibilização da opinião pública sobre banalização da violência e valorização da vida da juventude e da garantia de seus direitos. Além de campanha nos meios de comunicação, o eixo prevê a construção de uma rede de mobilização que deverá fortalecer a ação de pessoas e entidades ligadas a esta causa e engajar outras instituições na luta pela vida da juventude.

Mobilizar atores sociais para a promoção dos direitos das juventudes negras é um dos objetivos de ações previstas neste eixo do Plano.

O segundo eixo, por sua vez, se refere à inclusão, oportunidade e garantia de direitos o qual oferece programas e ações específicos para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade, com o intuito de fomentar trajetórias saudáveis e oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo aos beneficiários dos programas. Além disso, prevê criação de oportunidades de atuação dos jovens em 14 ações de transformação e superação da cultura de violência, tanto em seus bairros ou para um público mais amplo, promovendo o reconhecimento da importância social da juventude.

O terceiro eixo busca a transformação de territórios. Para tanto, pretende contribuir para a ampliação da presença do poder público nos bairros mais afetados pelos altos índices de homicídios, por meio da criação ou reconfiguração de espaços de convivência para a juventude e para toda a comunidade. Os esforços se voltam para ofertar e articular diferentes equipamentos e serviços públicos nestas áreas, que vão desde programas ligados à rede de ensino, até a oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer. Os programas Usinas Culturais e Estação Juventude foram criados especialmente para atender as demandas do Plano e se somam a outras iniciativas como Academias de Saúde, Praças da Juventude, Pontos de Cultura, Mais Educação e Centros de Economia Solidária.

O quarto eixo se refere ao aperfeiçoamento institucional que reconhece que para mudar valores na sociedade em prol da valorização da vida da juventude é necessário um olhar cuidadoso para a atuação das instituições do Estado. O enfrentamento ao racismo nas instituições que se relacionam com os jovens é central para a superação dos estigmas sobre os quais se fundamenta a violência. Atuar para prevenir discriminações na escola, no sistema de saúde, na polícia, no sistema penitenciário e também no sistema de justiça é o objetivo das ações previstas neste eixo. Além do enfrentamento ao racismo institucional por meio de processos formativos, está prevista também a qualificação de servidores para a gestão e implementação de ações do Plano, tais como oficinas para a preparação e gestão de projetos. Também devem ser realizadas ações destinadas especialmente aos profissionais de segurança pública, com vistas a reduzir a letalidade policial e aproximar a atuação da polícia da comunidade.

Esta pesquisa tem a seguinte pergunta norteadora: em que medida as ações do Plano Juventude Viva têm diminuído o número de homicídios entre a juventude negra em Alagoas, uma vez que se trata de um programa governamental que tem como objetivo reduzir a

vulnerabilidade da juventude negra à violência e prevenir a ocorrência de homicídios (Brasil, PR,2012.).

Para responder aos objetivos específicos da pesquisa, foram comparados os índices de homicídios em Maceió/AL após um ano de implementação do Juventude Viva na cidade. Verificou-se, também, como ocorre o processo de Monitoramento e Acompanhamento desta política Pública. Do mesmo modo, buscou-se identificar a relação entre os índices de homicídios e as ações do Juventude Viva.

1 Referencial Teórico

Neste capítulo serão discutidos os indicadores de homicídios no Brasil com recorte racial, faixa etária e o território onde se verifica essas ocorrências. Esses dados possibilitam diagnosticar o perfil da vítima e o local onde a política pública precisa alcançar. Do mesmo modo, no segundo tópico, aborda-se os conceitos básicos sobre monitoramento e acompanhamento, posto que são instrumentos fundamentais para mensurar os resultados e ajustes da política pública. Por fim, é desenvolvido conceitos sobre intersetorialidade, interseccionalidade e ações afirmativas em Políticas Públicas, posto que estas categorias são essenciais para entender a complexidade e interconectividade dessa política.

2.1 Indicadores de homicídios no Brasil: raça/cor, faixa etária e território

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2007) desenvolveu um estudo intitulado “Custos das Mortes por causas Externas no Brasil”, cujo objetivo foi apurar os custos (diretos e indiretos) das mortes por causas externas no país.

O estudo combina a base de dados de renda do IBGE, utilizando a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e a base de dados de óbitos do Ministério da Saúde² para demonstrar que cada vítima fatal, além da perda da vida, implica prejuízo de investimento em capital humano e perda de capacidade produtiva do país. É possível falar desde perda da produtividade de um indivíduo, dos gastos com saúde pública, dos custos legais na esfera da justiça até dos custos morais que significam ter um membro da família preso.

Desse modo, a pesquisa demonstra que o custo da violência é composta por escala abrangente e diversa que contempla fatores sociais, econômicos, políticos e simbólicos. Assim, de acordo com esse estudo, o Banco Interamericano (BID) estimou que no Brasil, algo próximo a 1.9% do PIB é gasto na área da saúde, em virtude da violência urbana e outros 3.6% são gastos em policiamento e no sistema judiciário.

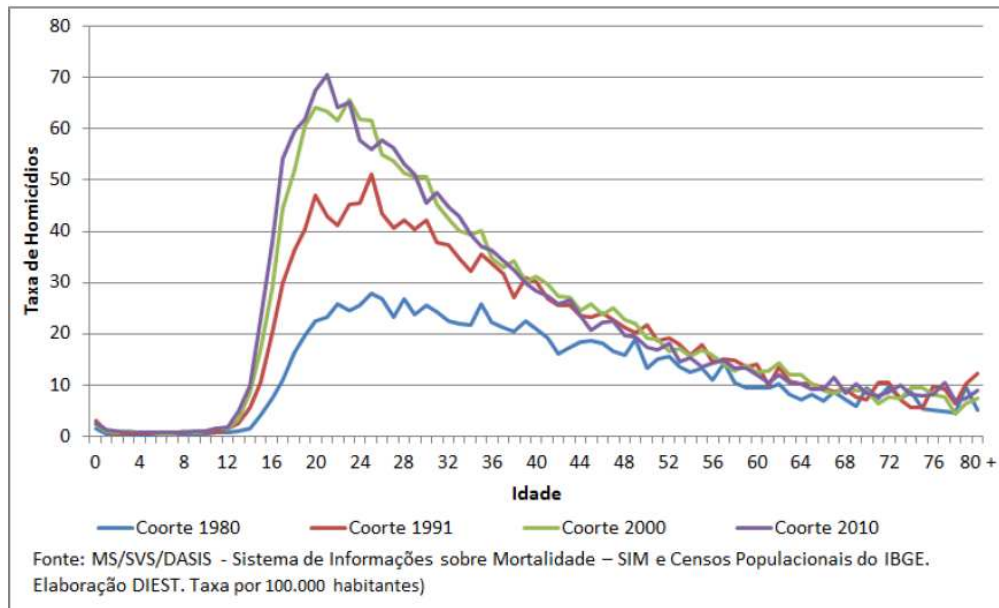
² Há, no próprio estudo, um tópico inteiro reservado a uma discussão complexa sobre a metodologia escolhida para calcular tais valores.

O Ipea também divulgou o estudo “violência letal no Brasil e vitimização da população negra: qual tem sido o papel das polícias e do Estado?” (IPEA, 2013), em que confirma a grande desigualdade entre brancos e negros na prestação de serviço pelas polícias. De acordo com esta pesquisa, a desigualdade é explicitada pela diferença entre os números de homicídios entre a população branca e negra e pela possibilidade 3,7 vezes maior de um adolescente negro ser vítima de homicídio do que a de um branco.

A pesquisa afirma que existe racismo institucional na segurança pública do país, demonstrado principalmente nas ações das polícias. Embora, a insegurança e violência no país atinja toda a sociedade, destaca-se que é sobre a população negra que incide o maior número de homicídios. Mostra, ainda, que a taxa de homicídio no Brasil ao longo do ciclo de vida, a cada ano, aumenta a proporção de jovens vítimas de violência letal.

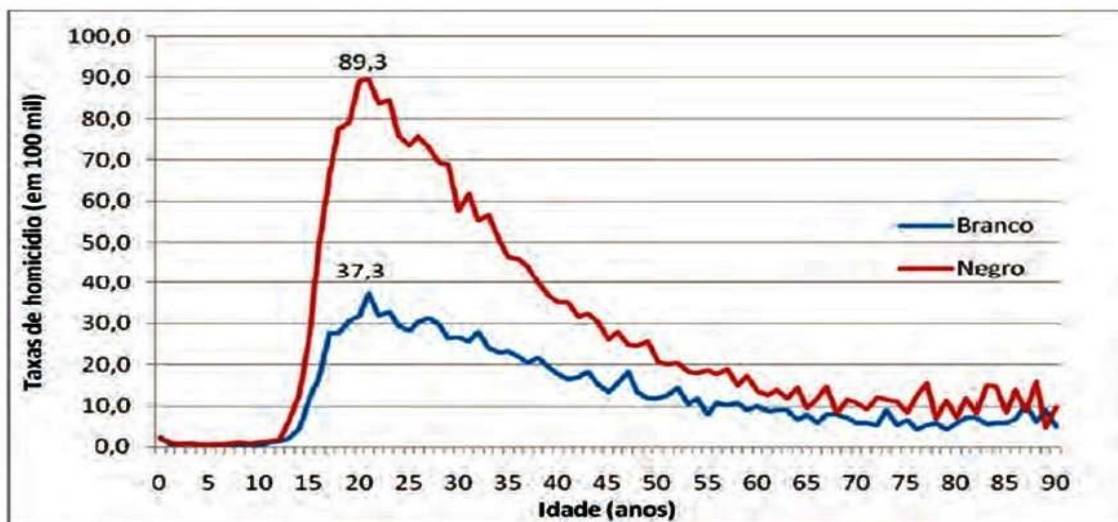
Dados do Ministério da Saúde comprovam que entre 1980 e 2010, conforme se observa no Gráfico 1, os homicídios no Brasil se concentram sobre a população jovem. Sendo que, em 2010, o número de mortes da juventude bate recorde nos últimos 40 anos.

Gráfico 1 – Taxas de Homicídios por faixa etária



O Gráfico 2 mostra a marcada desproporção das mortes entre juventude negra em comparação à juventude branca, e mostra também que a evolução das mortes é o maior entre essa faixa etária. Além do alto número de mortes como um todo entre os jovens, se destaca a desproporcionalidade dos números de homicídios quando comparamos raça e cor, pois há um abismo entre os índices de homicídios entre a juventude negra (pretos e pardos) e a juventude branca. Desse modo, a partir dos dados, pode-se observar que o risco que um jovem negro tem de morrer é muito mais alto que de um jovem branco.

Gráfico 2 – Taxas de homicídios total (em 100 mil) por idade e cor. Brasil. 2010



Fonte: Processamento dos microdados do SIM/SVS/MS e do Censo 2010/IBGE

Outra informação que cabe destacar é sobre a composição racial da população brasileira e a desproporcionalidade nos indicadores dos homicídios no Brasil entre raça/cor. Para tanto, é preciso demonstrar, conforme a Tabela 1, como é a composição racial da sociedade brasileira.

Tabela 1 - População Brasileira – percentual, por categoria

OPCAO	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991	2000	2010
Branca	38,1	44	63,5	61,7	61,09	54,23	51,56	53,74	47,73
Preta	19,7	14,6	14,6	11	8,71	5,92	5	6,21	7,61
Parda	38,3	32,4	21,2	26,5	29,44	38,85	42,45	38,45	43,13
Amarela	-	-	-	-	0,69	0,56	0,43	0,45	1,09
Indígena	-	-	-	-	-	-	0,2	0,4	0,42

Fonte: censo demográfico – IBGE. Nota - cor ou raça: Declarada pela pessoa, segundo as seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa de origem chinesa, japonesa, coreana, etc.), parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca, ou mestiça de preto com pessoa de outra raça ou cor), indígena (pessoa indígena ou índia).

Os censos demográficos realizados no país, conforme a Tabela 1, refletem a composição racial do Brasil. Nesta tabela se verifica que a população negra³ equivale a 50,74% da população brasileira, entretanto, as vítimas de homicídios entre os jovens, 74,6% são pessoas negras (WASELFISZ, 2013), logo, pode ser observado que ao comparar a Tabela 1 com o Gráfico 2 que a distribuição racial da sociedade brasileira é distante do percentual da distribuição racial das vítimas de homicídios. Assim, constata-se que a população negra está super-representada nos índices de violência, evidenciando a desproporção nessa representação.

Tabela 2 - Vítimas de homicídio por ano e cor. Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população total. Brasil, 2002/2010.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Indígena	Total	Participação (%)		Diferença (%)
								Branca	Negra	
2002	18.867	4.099	22.853	26.952	103	75	45.997	41,0	58,6	42,9
2003	18.846	4.657	23.674	28.331	178	78	47.433	39,7	59,7	50,3
2004	17.142	4.153	23.549	27.702	139	71	45.054	38,0	61,5	61,6
2005	15.710	3.806	24.648	28.454	81	93	44.338	35,4	64,2	81,1
2006	15.753	3.949	25.976	29.925	91	125	45.894	34,3	65,2	90,0
2007	14.308	3.921	26.272	30.193	45	144	44.690	32,0	67,6	111,0
2008	14.650	3.881	28.468	32.349	74	153	47.226	31,0	68,5	120,8
2009	14.851	3.875	29.658	33.533	60	135	48.579	30,6	69,0	125,8
2010	14.047	4.071	30.912	34.983	62	111	49.203	28,5	71,1	149,0
Total	144.174	36.412	236.010	272.422	833	985	418.414	34,5	65,1	89,0
Δ%	-25,5	-0,7	35,3	29,8	-39,8	48,0	7,0			

Fonte: SIM/SVS/MS

* soma das categorias preta e parda

³ De acordo com o IBGE, população negra corresponde a soma de Pretos e Pardos.

Como ilustra a Tabela 2, depois de 2003 o número absoluto de brancos mortos cai no Brasil, sendo que em 2002, 18.867 pessoas brancas foram mortas, entretanto, houve diminuição dos números absolutos nos anos seguintes. Em 2010, foram registradas 14.047 mortes, ou seja, comparando com os 18.867, houve uma diminuição de 4.820 mortes a menos, entretanto, o número de homicídios entre a população negra continuou a crescer linearmente. Enquanto houve o registro total de 144.174 mortes de branco, registra-se 272.422, ou seja, uma diferença de 89%. Sendo que a partir de 2007 essa diferença já passava de 100%.

Conforme aponta Soares (2004), que também utilizou dados do SIM/DATASUS/MS sobre os índices de homicídios em Minas Gerais, a raça/cor preta ou parda aumenta a probabilidade de vitimização por homicídio, mesmo controlando por sexo, idade, escolaridade ou estado civil. O autor conclui que o risco de vitimização por homicídio em Minas Gerais estava longe de ser aleatório, pois o risco era substantivamente superior para homens, jovens, solteiros e não brancos.

A pesquisa intitulada “Estudo Global sobre Homicídios 2013” desenvolvida pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2013) indica que 437 mil pessoas em todo o mundo perderam a vida em 2012 como resultado de homicídio doloso, sendo que mais da metade das vítimas desses homicídios tinham menos de 30 anos de idade. Nesta pesquisa, o Brasil ocupa um lugar de destaque no ranking dos países mais violentos do mundo, sendo o país que tem 11 das 30 cidades mais violentas do mundo. A pesquisa indica, ainda, que Maceió/AL é a quinta cidade mais perigosa do mundo.

De acordo com esse estudo, a taxa média de homicídios global é de 6,2 por 100 mil habitantes, sendo que a média na Europa é de 5 homicídios para cada 100 mil habitantes, contudo a taxa média de homicídios do Brasil está próxima de 30 vítimas para cada 100 mil pessoas, um dos indicadores mais altos do mundo que pode ser considerado epidêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (WAISELFISZ,2013).

De acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS, 2012), entre 2001 e 2011, ocorreram 547.490 (quinhentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e noventa) homicídios, sendo 188.378 pessoas brancas (34,4% do total) e 354.435 pessoas negras (64,7% do total). Entre 2008 e 2011 foram 206.005 homicídios. Isso significa que a média anual é de 51,5 mil ou 141 homicídios diários. Observa-se que os 62

maiores conflitos armados do planeta⁴ causaram, entre 2004 e 2007, um total de 208.349 mortes diretas.

Dados do Sistema de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS, 2012) mostram que mais da metade (53,3%) dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens, dos quais 71,44% eram negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino⁵.

Os homicídios no Brasil têm pautado a sociedade e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, haja vista que essas estatísticas ocupam espaço de destaque na agenda política e social do país. Os dados são alarmantes, sendo que atinge, especialmente, os jovens negros de baixa escolaridade da periferia.

Por sua vez, Waiselfisz (2013, p. 18) define homicídios “como indicador por excelência de formas conflitivas de relacionamento interpessoal que acabam com a morte de algum dos antagonistas (...). Tem como característica uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões que levam à morte da vítima”.

Para mensurar o resultado de um programa ou projeto é preciso detalhar os indicadores a serem comparados e a definição de um marcador para comparação. Segundo Valarelli (1999, p. 70), “em projetos sociais, indicadores são parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos de um projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica”.

2.2 Monitoramento e indicadores de resultados

O monitoramento é fundamental para mensurar os resultados da Política Pública. Cohen e Franco (2004) afirmam que o monitoramento é uma atividade gerencial interna que se realiza durante o período de execução e operação e que busca assegurar que os insumos, os produtos e as metas ocorram de acordo com o plano traçado.

Nesse sentido, pode-se compreender que o monitoramento é uma análise contínua, processual e fundamenta-se principalmente nos dados da implementação, detecta os desvios quando comparados ao plano para, oportunamente, definir ações corretivas para se manter em curso o objetivo da ação ou até mesmo decidir sobre a revisão do planejamento do programa ou projeto (COHEN e FRANCO, 2004).

Nesse raciocínio, também se pode entender que o monitoramento é o exame contínuo dos insumos, atividades, processos, produtos (preliminares, intermediários e finais) de uma

4 Global Burden of Armed Violence. Geneva Declaration Secretariat. Geneva, Switzerland, 2008.

5 Sistema de Informações de Mortalidade – Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, 2012.

intervenção, com a finalidade de otimizar a sua gestão, ou seja, obter mais eficácia, eficiência e, dependendo do alcance do monitoramento, efetividade.

Ou seja, o monitoramento implica a possibilidade de interferir no curso da implementação de uma política, programa ou projeto, caso se perceba que a sua concepção não é adequada à solução do problema, por equívoco de planejamento ou por mudança da própria realidade Cohen e Franco (2004).

Por tudo isso, o monitoramento é uma ferramenta de gestão interativa e proativa, que utiliza informações com a profundidade necessária para a sua finalidade, baseia-se sempre na análise dos dados.

Em relação ao Juventude Viva, os índices de homicídios são os indicadores que podem marcar essa comparação para demonstrar o resultado do Juventude Viva na sociedade de Alagoas. Com os dados do SIM/DATASUS/MS e Secretaria de Saúde, entre 2011, 2012 e 2013 é possível observar com segurança a evolução dos índices concretos para melhor avaliação do Programa.

De acordo com o PNUD (2002), indicadores são os meios para medir o que realmente acontece e comparar a realidade concreta com o planejado em termos de quantidade, qualidade e oportunidade. É uma variável quantitativa ou qualitativa que provê uma base simples e confiável para valorar conquistas, mudanças e desempenho.

Marino (1998) considera, ainda, sobre a questão dos indicadores de resultados, que os objetivos do projeto ou programa e as perguntas formuladas para orientar a avaliação são importantes fontes para se definir os indicadores de resultados parciais ou finais. Nesse sentido, acredita-se que daqui a alguns anos será possível fazer análises mais confiáveis do resultado do Juviva na sociedade brasileira. É relevante ressaltar as contribuições da filósofa norte-americana, Nancy Fraser (2001), a qual desenvolve reflexões sobre a justiça social numa perspectiva das dimensões filosófica e política. Ela identifica a necessidade de políticas de reconhecimento e valorização de grupos étnicos e culturais nas políticas públicas.

Para Nancy Fraser (2001), a justiça social requer tanto a redistribuição quanto o reconhecimento e estas categorias devem ser desenvolvidas conjuntamente, isto é, as políticas públicas executadas não podem priorizar ora o reconhecimento ora a redistribuição, ou seja, não podem ser excludentes entre si, por isso a autora aponta a necessidade que tanto o reconhecimento quanto à redistribuição estejam interligadas. Sendo que seria o

reconhecimento e depois a redistribuição parte do mecanismo de reparação dessas desigualdades (FRASER, 2001).

Em outras palavras, busca-se a superação e revisão da compreensão do conceito de justiça social em termos universais, por isso, a necessidade que as Políticas Públicas sejam transversais e tenham a transversalidade como princípio de sua formulação e atuação.

2.3 Intersetorialidade, interseccionalidade e ações afirmativas em Políticas Públicas

A gestão Pública contemporânea caracteriza-se por um universo institucional em rápido movimento e de crescente complexidade. A Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) aponta alguns fatores que têm contribuído para esse quadro, entre estes, destaca-se a crescente interconectividade dos debates sobre políticas e pela multiplicidade dos atores envolvidos nos processos de formulação de políticas (OCDE, 2003).

Os problemas de implementação em um contexto de fragmentação institucional, resultantes dos efeitos colaterais da descentralização e da transferência foram devidamente explorados pela (OCDE, 2003, p. 16).

Cada vez mais, setores e políticas específicas enfrentam o desafio concreto de administrar a complexidade e a interconectividade (...). A participação de uma ampla gama de atores sociais de diferentes jurisdições no processo de formulação de políticas e as pressões da sociedade civil e da mídia, representando interesses em competição e conflito, trazem a implicação de que o governo tem que atender demandas múltiplas e deve considerar metas e medidas incoerentes, até mesmo conflitantes.

É nesse sentido que se pode estabelecer relação entre coerência transversal e setorial. A primeira aplica-se às questões transversais ou intersetoriais e intergeracionais, dificilmente tratadas de forma coerente, devido ao tratamento especializado na legislação e em diferentes áreas de governo (OCDE, 2002, p. 13). Já a coerência setorial, está associada ao grau de consistência lógica e operacional entre ações desenhadas por diversos atores envolvidos em uma mesma arena de políticas públicas (IADB, 2003, p. 38).

O Plano Juventude Viva se insere nessa complexidade e interconectividade. Por isso, pode-se classificá-lo na perspectiva de trabalho intersetorial e interseccional, uma vez que requer que sua formulação e implementação sejam realizadas com participação de diferentes atores políticos.

Nesse sentido, cabe destacar o conceito de intersectorialidade proposto por Koga (2003), onde afirma que a intersectorialidade se destaca como um caminho para a implementação de políticas públicas, a fim de articular as políticas sociais, urbanas e econômicas para atuarem nos mesmos territórios prioritários da política.

Por sua vez, para Junqueira (2004), a intersectorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual dos desiguais.

Inojosa (2001) define a intersectorialidade como a articulação de saberes e experiências para o planejamento, a realização de avaliação de políticas, programas e projetos, cujo fim é alcançar resultados cooperativos em situações complexas.

Kilsztajn (2000) investigou as taxas de homicídio na Região Metropolitana de São Paulo por raça, controladas as variáveis sexo, escolaridade e idade da vítima, com base nas estatísticas vitais da Fundação Seade e dos micro dados da Amostra do Censo do IBGE.

Assim, o programa tem se desenvolvido, segundo o relatório Balanço de 1 ano em Alagoas, com ações intersectoriais, envolvendo diversos órgãos públicos federais, entre eles, os Ministérios da Justiça, Esporte, Saúde, Educação, Cultura, para tentar enfrentar o desafio de diminuir o número de homicídios entre os jovens negros. Deste modo, torna-se necessário incorporar a dimensão racial às políticas públicas e conceitos sobre racismo institucional, intersectorialidade, transversalidade e ações afirmativas em Políticas Públicas.

Neste trabalho, adota-se a concepção de raça⁶ usada no sentido sociológico, de raça social, e não de raça biológica, dado pela antropologia e pela genética. Isto significa que as raças são tomadas nas acepções dadas, a partir da perspectiva das próprias pessoas envolvidas na situação social concreta em que se encontram, situação essa na qual os critérios biológicos são geralmente menos importantes, esquecidos, ou socialmente recriados, segundo os componentes sociais da situação (IANNI, 1978).

Cabe ainda fazer, breve distinção entre a utilização “raça” e “etnia”, pois este traz noções do universo cultural que cerca o indivíduo, ou seja, perspectiva da dimensão sociocultural e as experiências semelhantes que ligam indivíduos, povos e sociedade ao

⁶Quanto ao conceito sociológico de raça, ver: Charles Wagley, *The Latin American Tradition*, Columbia University Press, New York, 1968. Cap. V; Michael Banton, *Racerelements*, Tavistock Publications, London, 1967, cap. 4; Gunnar Myrdal, *The American Dilemma*, Harper & Brothers Publishers, New York, 1944, parte II; Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branco e Negro em São Paulo*, Companhia Nacional, São Paulo, 1959, apêndice I; Octavio Ianni, *Raças e classes sociais no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972, quarta parte.

mesmo grupo. Portanto, a noção de raça tem muitas capitalizações estratégicas para explicar as relações no Brasil, em relação à noção de etnia. Seja porque esta remete a uma história de opressão, desumanização e opróbrio (GUIMARÃES, 2004).

De acordo com Collins (1998, p. 208), o conceito de interseccionalidade “oferece um marco interpretativo para se pensar como as intersecções, por exemplo, de raça e classe, ou raça e gênero, ou sexualidade e classe formam a experiência de qualquer grupo através de contextos sociais específicos”. Nesse raciocínio, percebe-se a interseccionalidade entre raça e gênero com os indicadores que constam no gráfico 1 e 2, pois os jovens homens e negros são as principais vítimas da violência urbana.

A inclusão da categoria raça nos indicadores, bem como os avanços das pesquisas nas áreas de relações raciais, permitem desconstruir o pensamento difundido de que as desigualdades sociais se fundamentam apenas em problemas de classe e não de raça. Nesse sentido, é pertinente a reflexão da Renísia Filice (2007, p. 58), a qual afirma que “inserir os negros na análise dos dados, sem intérpretes, torna-se fundamental para se compreender com mais profundidade a especificidade da situação de racismo a que estão submetidos dia após dia”.

O Juviva envolve diversas ações e parceria com órgãos e instituições: governos em níveis Federal, Estadual e Municipal, Universidade Federal de Alagoas, que contribui para o monitoramento e os primeiros processos avaliativos; Sociedade Civil que faz o papel de articuladores territoriais e monitoramento do Plano; PNUD, que desenvolve Análises sócio-espaciais, financiamento e acompanhamento da execução em Alagoas; FIOCRUZ, que possibilita financiamento; e BID, que realiza análises estatísticas e construção de diagnósticos, assim, demonstrando que essa política envolve diversas áreas para formulação, acompanhamento e monitoramento.

3 Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada se baseou na pesquisa qualitativa, haja vista que esta é adequada pelo caráter descritivo dos dados coletados, a preocupação com os aspectos processuais e com o significado que os atores dão ao objeto (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Os métodos qualitativos de investigação são de utilidades para o entendimento do contexto em que o fenômeno ocorre. Nesse sentido, os dados dessa pesquisa sobre o Juventude Viva são apropriados para análise nessa perspectiva qualitativa, posto que se faz a descrição das pessoas envolvidas na articulação do Plano, Ações do Programa e processos interativos entre a sociedade civil e governo sobre essa política pública.

Para Minayo e Sanches (1993), é no campo da subjetividade que se afirma a abordagem qualitativa. A compreensão das relações e atividades humanas e dos significados que as animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social.

Nesta pesquisa foram considerados dados secundários e primários para a verificação de indicadores. Foram feitas análises quantitativas e qualitativas, as quais mostraram tendências, mas não possibilitaram um rigor estatístico no caso da avaliação de impactos e de resultados do Plano Juventude Viva.

O levantamento de dados primários foi realizado por meio de uma pesquisa de campo durante os meses de abril e junho de 2013, oportunidade em que foram ouvidas as gestoras do Plano Juventude Viva da Secretaria Nacional da Juventude, integrantes da Sociedade Civil que participam do monitoramento do Juviva, beneficiários do Plano, e articuladores do Juviva.

Foram consultados diversos documentos como publicações, artigos, relatórios e outros relacionados ao desenvolvimento do Plano Juventude Viva. Abaixo são relacionados alguns documentos que pautaram este trabalho:

- i. Relatoria do Encontro Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil, realizado entre os dias 27 e 28 de novembro de 2012. 50 P.
- ii. Balanço de 1 ano do Plano Juventude Viva em Alagoas. 27 de setembro de 2013.

- iii. Guia para implementação dos Programas Federais do Plano Juventude Viva em Alagoas. 2012.
- iv. O Plano Juventude Viva no seu Estado/Município.
- v. Mapa da Violência 2013. Homicídios e Juventude no Brasil
- vi. Juventude Viva: plano de prevenção à violência contra a Juventude Negra

As informações foram obtidas por meio de documentos, tais como: Decreto que cria o Plano Juventude Viva, Guia de Implementação do Programa Juventude Viva, Estatuto da Juventude, memorandos, fontes estatísticas (IPEA, IBGE e PNAD), relatórios do Sistema de Mortalidade do Ministério da Saúde, avisos interministerial da Secretaria Geral da Presidencia/SNJ, convênios, contratos, relatórios e mapas de monitoramento produzidos pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR.

Portanto, nesta pesquisa, foram estudados documentos de fontes primárias e secundárias, de acordo com Marconi; Lakatos (2006, p. 63) “relatórios de pesquisa baseado em trabalho de campo de auxiliares, estudo histórico que recorre aos documentos originais, pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento, pesquisa que usa a correspondência de outras pessoas”.

Esses documentos foram estudados e analisados considerando o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

A observação direta ou participante e as entrevistas foram técnicas utilizadas no trabalho desenvolvido em campo. A observação direta é uma técnica de coleta de dados que auxilia na compreensão de elementos comportamentais da realidade, de aspectos subjetivos e elementos da comunicação não verbalizada, explicitamente, pelos atores.

O diário de campo foi um dos principais instrumentos utilizados durante a pesquisa de campo, pois este deu subsídio para a construção deste capítulo, inclusive como técnica de registro das informações coletadas. Nesse diário, foram registradas de forma sistemática e contínua as atividades desenvolvidas na imersão. Para Minayo (1993, p.100) o diário de campo pode ser oportuno para “observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais”.

O diário de campo tem como objetivo possibilitar a sistematização das observações e dos dados coletados, estimular o desenvolvimento da habilidade de redação e ajudar na construção do pensamento crítico durante a pesquisa (Soares et al, 2011).

A entrevista é uma técnica em que o pesquisador e o participante têm oportunidade de conversar diretamente e há possibilidade de feedback e aprofundamento de questões.

Na avaliação de desempenho e dos resultados do Plano Juventude Viva, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. De acordo com Boni e Quaresma (2005), este tipo de entrevista combina perguntas abertas e fechadas e o informante tem oportunidade de discorrer sobre o tema proposto. Um conjunto de questões foram previamente definidas em roteiros, mas foram feitos outros questionamentos adicionais, quando considerou-se pertinente o aprofundamento ou esclarecimento de algum assunto.

Visando ter contato com os integrantes das entidades da Sociedade Civil que participam do Juviva e articuladores do Plano, o pesquisador participou da 1ª Reunião do Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva – FOMPI, instituído pela Portaria Interministerial nº 29 de 21 de maio de 2013, realizado em Brasília entre os dias 26 e 27 de março de 2014.

O evento contou com a presença de diversas entidades, entre elas: Liga dos Invasores – Conselho estadual de Juventude – BA, Enegrecer/UNE/CNPIR, Articuladores e Articuladoras do Plano, Instituto Cultural Steve Biko, Fórum Nacional de Juventude Negra, Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop.

Essa atividade foi marcada por depoimentos que trouxeram distintas realidades e também denúncias relacionadas ao descaso ao atendimento às demandas já apresentadas pela juventude negra, por diversas vezes, ao Estado Brasileiro.

Nesta ocasião, foram realizadas entrevistas com algumas pessoas que participam desses grupos. O objetivo dessas entrevistas foi conhecer a atuação das entidades no processo de monitoramento, acompanhamento e avaliação do Juviva, como também as perspectivas futuras no que tange às ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais na conjuntura de crescimento da violência e aumento dos indicadores de homicídios. Na ocasião, também foram entrevistados articuladores do Juviva, cujo objetivo foi refletir sobre a rede Juventude Viva e a troca de experiências sobre articulações territoriais do Plano.

Deste modo, os entrevistados nesta pesquisa foram divididos em três categorias: duas pessoas da equipe do Juviva da SNJ/SG; três participantes do FOMPI e uma articuladora do Juviva.

As entrevistas com a equipe do Juviva/SNJ/SG abordaram questões relacionadas à formulação, gestão e monitoramento do Plano, ao desempenho físico e financeiro do Juviva, e a reflexões conceituais, aprendizados e resultados alcançados. Foram entrevistadas a consultora contratada pela FIOCRUZ e a gerente de relações institucionais do Juviva.

A equipe é composta por cerca de sete pessoas que fazem parte da Gestão de todo o Plano Juventude Viva. A Coordenação do Plano Juventude Viva é composta por sete jovens, sendo cinco mulheres e dois homens. Dois Cargos D.A.S 4 (Cargos de Direção e Assessoramento Superior) ocupados por um homem e uma mulher branca. Uma pessoa negra é D.A.S 2, uma Gestora de Políticas Públicas (EPPGG) e uma servidora com Gratificação (GR), além dessas, há duas Consultoras mantidas pelo Termo de Cooperação com a FIOCRUZ e uma estagiária.

A avaliação do desempenho e resultados do Juviva foi realizada com base nos dados da Secretaria de Saúde de Maceió, o qual forneceu dados de homicídios do município entre 2012 e 2013.

Os principais obstáculos durante a imersão foi a falta de tempo da equipe do Juventude Viva, pois todas as pessoas estavam sobrecarregadas de tarefas, seja com a organização de encontros com a Presidenta Dilma Roussef e os movimentos juvenis ou com a organização do lançamento do Plano Juventude Viva em outros estados da federação.

As informações trabalhadas no diagnóstico, a seguir apresentado, foram selecionadas tendo em vista auxiliar a responder as perguntas norteadoras.

4 Diagnóstico da Política Pública

Este capítulo traz os principais resultados da pesquisa, sob forma de um diagnóstico do Plano Juventude Viva, a partir de uma contextualização geral sobre o Programa. A pergunta que norteia o presente trabalho é em que medida as ações do Plano Juventude Viva tem diminuído o número de homicídios entre a juventude negra em Alagoas. Para tanto, foram comparados os índices de homicídios em Maceió/AL após um ano de implementação do Juventude Viva na cidade. Assim, verificou-se como ocorre o processo de Monitoramento e Acompanhamento desta política Pública. Do mesmo modo, buscou-se identificar a relação entre os índices de homicídios e as ações do Juventude Viva. A unidade de análise deste estudo foram as ações do Plano Juventude Viva que pretendem diminuir o número de homicídios.

O fenômeno de homicídios envolvendo a juventude negra é um dos temas atuais mais desafiadores para a agenda de Políticas Públicas no Brasil. Neste capítulo, procura-se analisar os índices de violência letal que coloca a sociedade, especialmente, a população negra em condições de vulnerabilidade.

As informações sobre os indicadores de mortalidade por homicídios são baseadas nos dados do Ministério da Saúde/Datasus. Com base nas informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do DATASUS foi possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações do Plano Juventude Viva.

Os Dados do Sistema de Informação em Mortalidade do Ministério da Saúde apontam que os homicídios no Brasil se concentram sobre a população jovem, negra e com média de 4 a 7 anos de estudos. Em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, o que na média nacional corresponde a 26,2 homicídios para cada 100 mil habitantes. Destas vítimas, 70,6% eram negras, 53,5% (26.854) com idades entre 15 e 29 anos e, entre os jovens, 74,6% eram negros. Na década de 2000 (2001 – 2010), o País perdeu 271.942 jovens, vítimas de homicídios (WASEILFISZ, 2012).

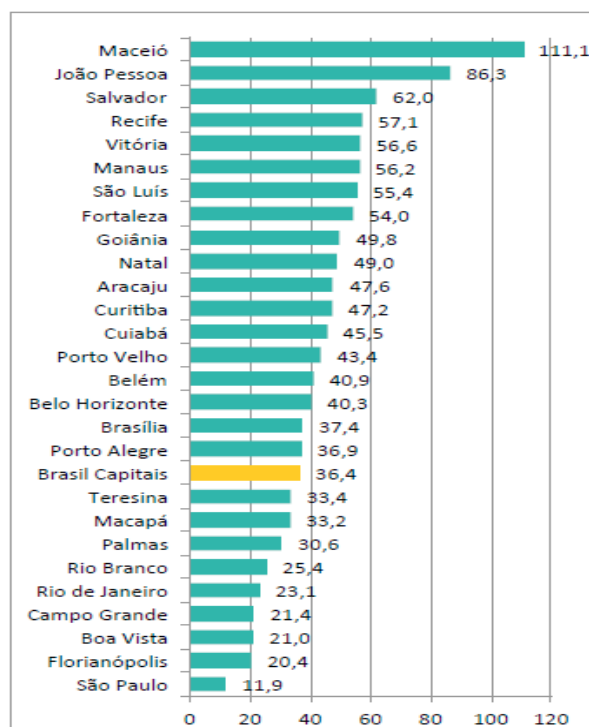
Como mostrou Waseilfisiz (2012), que analisou a tendência de morte de negros entre 2002 e 2010, utilizando dados do SIM/Datasus/MS, em 2002, os negros representavam 58,6% dos mortos por homicídio no país e, oito anos depois, em 2010, passaram a representar 71,1%.

4.1 O Plano Juventude Viva

O Plano Juventude Viva reúne mais de trinta ações de 25 programas federais e recursos de mais de R\$ 85 milhões a serem investidos em ações de prevenção à violência (BRASIL, SNJ/SG, 2013). O Governo Federal lançou em setembro de 2012 a primeira fase do Plano Juventude Viva, em Alagoas, estado que, conforme aponta o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2013), continua ocupando a primeira posição em taxas de homicídios totais e em taxas de homicídios contra negros no País.

Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Juventude Viva é uma articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira.

Gráfico 3. Ordenamento das taxas de homicídios (por 100 mil) na População total das Capitais. Brasil. 2011.



Fonte: SIM/DATASUS/MS

O gráfico 3 mostra que a cidade de Maceió registrou a morte de mais de 111 pessoas para cada grupo de 100 mil habitantes. Esses números colocaram a cidade no topo do ranking das cidades mais violentas do Brasil. Diante desses dados de homicídios, se justifica a cidade de Maceió ter sido a primeira cidade do país a receber o Plano Juventude Viva.

Após o lançamento no dia 27 de setembro de 2011 em Maceió/AL, foram realizadas reuniões ampliadas com entidades da sociedade civil, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria de Articulação Social do Governo do Estado de Alagoas, ambas responsáveis pela política de juventude estadual.

As estruturas de coordenação do Plano Juventude Viva (SNJ/SG (b) s/d.), as instâncias executivas e colegiadas de gestão e monitoramento do Plano Juventude Viva implementadas nos planos federal, estadual e municipal de Maceió/AL, são:

1. Coordenação Executiva

- a) Comitê Gestor Federal
- b) Comitê Gestor Estadual
- c) Comitê Gestor Municipal
- d) Núcleo de Articulação Territorial

2. Instância de Participação Social

- a) Fórum Nacional de Monitoramento Participativo + Conselhos
- b) Fórum Estadual de Monitoramento Participativo + Conselhos
- c) Fórum Municipal de Monitoramento Participativo + Conselhos
- d) Núcleo de Articulação Territorial

Nessa perspectiva, observa-se que há uma intersetorialidade no Programa Juventude Viva, com o envolvimento de diferentes Ministérios e Secretarias na implementação desse plano, visando garantir à juventude negra um conjunto de direitos sociais, econômicos e políticos, dos quais estavam excluídos.

Tabela 3 - Recursos orçamentários e ações do Plano Juventude Viva*

Eixo	Programa	Ministério	Recurso
Desconstrução da cultura de violência	Campanha contra a banalização da violência	SNJ/SG	R\$ 1.000.000,00
Desconstrução da cultura de violência	Rede Juventude Viva	SNJ/SG	R\$ 100.000,00
Desconstrução da cultura de violência	Núcleos de Prevenção à violência e Promoção da Saúde	MS	R\$ 340.000,00
Desconstrução da cultura de violência	Projeto Vivajovem.com	MS	R\$ 4.000.000,00
Inclusão, oportunidades e garantia de direitos	Centro de Economia Solidária para a Juventude	MTE	R\$ 2.981.606,00
Inclusão, oportunidades e garantia de direitos	Projovem urbano	MEC	R\$ 6.300.000,00
Inclusão, oportunidades e garantia de direitos	Projovem Trabalhador	MTE	R\$ 7.800.000,00
Inclusão, oportunidades e garantia de direitos	Brasil Plural: Premio HIP-HOP	MinC	R\$ 4.000.000,00
Inclusão, oportunidades e garantia de direitos	PROTEJO e Mulheres da Paz	MJ	R\$ 731.000,00
Inclusão, oportunidades e garantia de direitos	Plano Territorial de Qualificação Juventude Viva	MTE	R\$ 10.000.000,00
Inclusão, oportunidades e garantia de direitos	Pintando a Cidadania – Torcidas Organizadas	ME	Não definido
Transformação dos Territórios	Usinas Culturais	MinC	R\$ 2.500.000,00
Transformação dos Territórios	Estação da Juventude	SNJ	R\$ 891.633,00
Transformação dos Territórios	Cultura Viva: Pontos de Cultura	MinC	R\$ 3.600.000,00
Transformação dos Territórios	Praças do Esporte e da Cultura Viva	MinC	R\$ 4.730.000,00
Transformação dos Territórios	Programa Ensino Médio Inovador	MEC	R\$ 4.578.000,00
Transformação dos Territórios	Programa Escola Aberta	MEC	R\$ 2.136.000,00
Transformação dos Territórios	Programa Mais Educação	MEC	R\$ 25.375.000,00
Transformação dos Territórios	Programa Saúde na Escola	MEC	R\$ 4.578.000,00
Transformação dos Territórios	Projeto Esporte e Lazer da Cidade	ME	R\$ 175.800,00 por núcleo do

			PELC, sendo ao menos 4 núcleos
Transformação dos Territórios	Programa Segundo Tempo	ME	R\$ 175.800,00 por núcleo do PST; R\$ 54.300,00 destinados ao convênio com a Prefeitura de Maceió R\$ 2.351.204,74 PST na Escola: R\$ 442.585,00 para 1 núcleo
Transformação dos Territórios	Praça da Juventude	ME	R\$ 1.700.000,00
Transformação dos Territórios	Academias de Saúde	MS	R\$ 1.032.000,00
Transformação dos Territórios	Programa Brasil Quilombola	MS	R\$ 200.000,00
Aperfeiçoamento da atuação institucional	Notificação Compulsória da Violência doméstica, sexual e outras violências	MS	Ação não orçamentária
Aperfeiçoamento da atuação institucional	Oficinas de Enfrentamento à violência contra a juventude negra no sistema de saúde	MS	Ação não orçamentária
Aperfeiçoamento da atuação institucional	Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade	MEC	R\$ 521.046,90
Aperfeiçoamento da atuação institucional	Capacitação para profissionais de segurança pública	MJ	Ação não orçamentária
Aperfeiçoamento da atuação institucional	Curso de formação para profissionais de segurança por meio da Rede Nacional de Ensino à Distância	MJ	R\$ 180.000,00
Aperfeiçoamento da atuação institucional	Pesquisa em parceria como PNUD, com enfoque em raça e discriminação racial nas corporações policiais	MJ	R\$ 200.000,00
Aperfeiçoamento da atuação institucional	Pacto pela vida da Juventude Negra no Sistema de Saúde	MJ	Ação não orçamentária

* Esses dados foram coletados no balanço de 1 ano do Plano Juviva (Brasil, SNJ/SG, 2013)

A tabela 3, mostra que entre as ações do Plano em Alagoas, destaca-se que houve 32 iniciativas de 25 programas do governo federal voltados para a redução da vulnerabilidade da juventude. Houve parceria entre 8 Ministérios, Governo de Alagoas, 4 Municípios, TJ, MP e Defensorias, organizações da sociedade civil. Estima-se os recursos investidos foram de R\$ 96.509.927,12 no total, sendo R\$ 82.676.285,90 em recursos novos para o estado e os 4 municípios. Sendo que os Ministérios que mais alocaram recursos foram o MEC (Ministério da Educação) e MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) que investiram, 43,4 e 20,7 milhões, respectivamente, em políticas públicas.

Atribuições e responsabilidades de cada área da Gestão e Monitoramento do Juviva:

I. SNJ/SG

- a) Articular execução junto aos Ministérios;
- b) Coordenar produção de relatórios mensais de acompanhamento e semestrais de monitoramento Consolidar painéis de acompanhamento e monitoramento;
- c) Coordenar FOMPI;
- d) Fomenta/contratar processos avaliativos;
- e) Produzir guias e promover formações para parceiros e gestores federais.

II. Órgão Focal Municipal (coordenação política + assessoria técnica)

- a) Articular execução junto aos órgãos municipais e alimentar dados de execução;
- b) Coordenar Comitê Municipal e Núcleos de Articulação Territorial.

III. Consultorias PNUD/SG e BID/SEPPPIR

- a) Consolidar relatórios de acompanhamento e monitoramento;
- b) Produzir análises estatísticas e espaciais a partir dos dados do Plano.

IV. Órgãos federais parceiros (SPI e SAGI) e Entes parceiros nacionais

- a) Disponibilização de dados periodicamente;
- b) Desenvolvimento de metodologias e aplicativos;
- c) Definição de modelo de monitoramento.

V. Ente parceiro local (Universidade Federais, ONGs...)

- a) Organização de banco de dados e produção de análise dos territórios (perfil dos homicídios e das políticas públicas);
- b) Oferecer sistematicamente informações a gestores e a sociedade civil.

VI. Articuladores territoriais (Fiocruz...)

- a) Fomentar a criação e acompanhar os Núcleos de Articulação Territorial;

- b) Apresentar os relatórios de execução e monitoramento a gestores e soc. Civil;
- c) Realizar acompanhamento *in loco*;
- d) Ministras oficinas com gestores locais e soc. civil.

VII. Órgão Focal Estadual (coordenação política + assessoria técnica)

- a) Articular execução junto aos órgãos estaduais e alimentar dados de execução;
- b) Coordenar Comitê Estadual.

4.2 Acompanhamento, Monitoramento e avaliação do Juviva

As informações de execução do Plano são gerenciadas por um banco de dados alimentado por formulário eletrônico que são estruturado da seguinte forma: a) formulário bimestral do Ministério, b) formulário bimestral por UF; c) Formulário dos Articuladores Territoriais; d) Videoconferência com gestores estaduais e municipais; e) Relatório Bimestral de acompanhamento por UF e f) Relatório semestral de acompanhamento e Monitoramento Participativo.

O Monitoramento é realizado levando em conta a Linha de Base estabelecida no momento zero de implementação do Plano, em relação a um conjunto de indicadores que possibilitem acompanhar as mudanças pretendidas pelo Plano. Portanto, o acompanhamento consiste na verificação permanente sobre a execução ou não das ações previstas, recursos aplicados, entraves processuais.

O instrumento de acompanhamento da implementação do Plano Juventude Viva em Maceió/AL é uma planilha padrão em Excel, sendo que os gestores locais e estaduais são os responsáveis conjuntamente pelo preenchimento da Planilha a ser avaliada todo mês em reunião com a Coordenação Nacional do Plano.

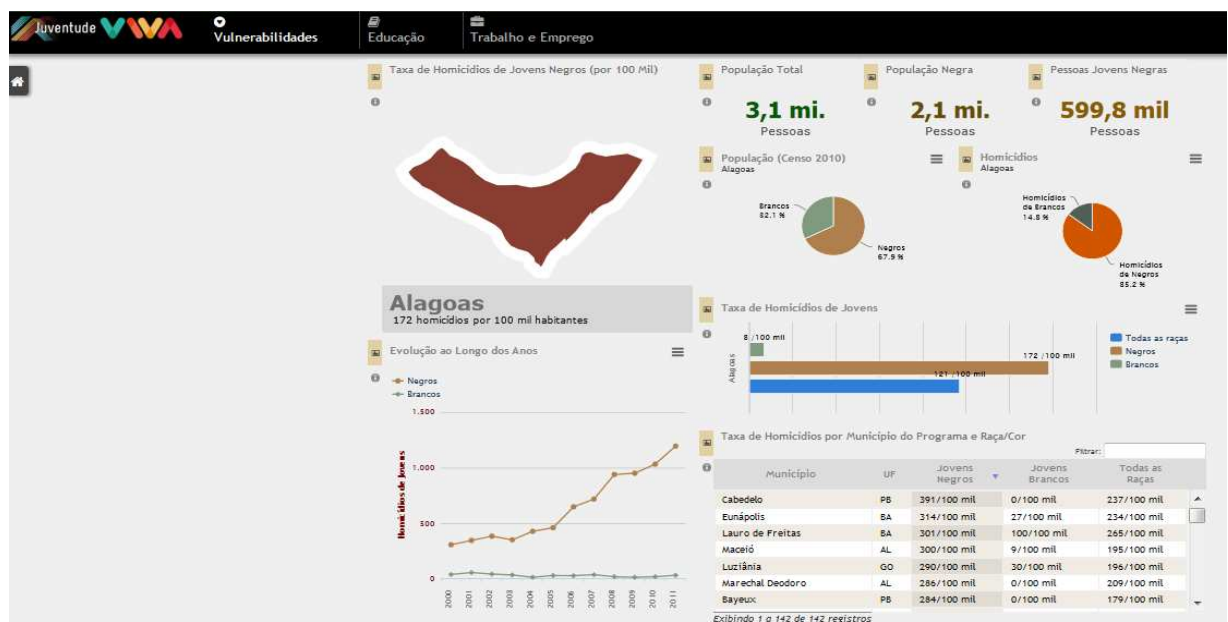
Por meio de uma consultoria contratada pela SNJ foi criado um instrumento para coleta de dados de execução dos ministérios e produzidos relatórios de execução com vistas a subsidiar a intervenção dos gestores locais e do Comitê Gestor Federal. Para tanto, a SNJ/SG estabeleceu uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para construir um sistema com informações de diagnóstico e monitoramento do Juventude Viva.

O Sistema apresenta ferramentas de visualização de Mapas de mortes dos jovens que aponta a distribuição de mortes de jovens em cada um dos 142 municípios prioritários do Plano, com informações baseadas no Censo Demográfico de 2010 e Painéis de

monitoramento que traz as dimensões das vulnerabilidades e das oportunidades, trazendo informações da juventude negra por estado (Figura 1).

Também, a SNJ, em parceria com outros órgãos de governo federal, construiu o 'Boletim Municipal Vulnerabilidade Social e Juventude Negra' que visa fortalecer a atuação dos gestores municipais e da sociedade civil no enfrentamento à violência nos municípios do Brasil. O Boletim concentra dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde e traz informações sobre a juventude em relação à caracterização demográfica, vulnerabilidade à violência, educação, mundo do trabalho e renda e, políticas de promoção da igualdade racial e de juventude.

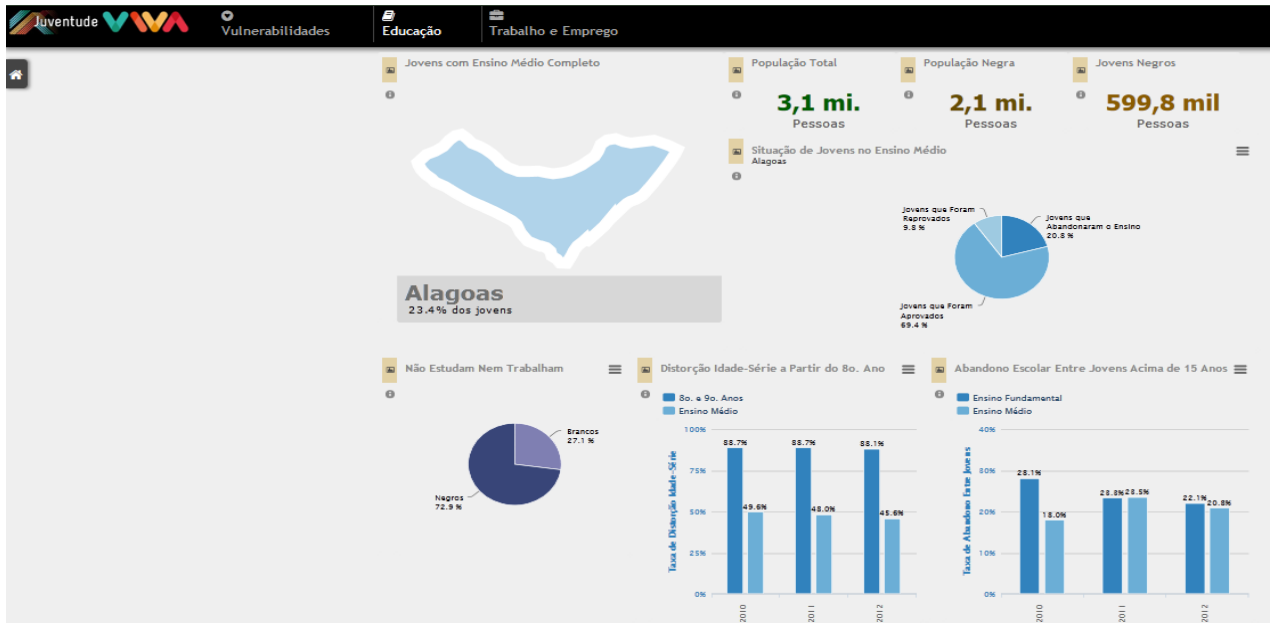
Figura 1 - Painel de Monitoramento Maceió/AL - Vulnerabilidades



Fonte: www.seppir.gov.br/monitoramento

As Figuras 1 e 2 retratam indicadores sociais e espaciais sobre a Alagoas. Na figura 1 constam informações gerais sobre os índices de vulnerabilidade e a composição racial da população de acordo com o Censo/IBGE 2010. A população de Alagoas é composta por 3,1 milhões de pessoas, sendo que a população negra é de 2,1 milhões. Os homicídios de brancos é de 14,5%, entretanto, os homicídios de negros chegam a 65,2%. A taxa de homicídios de jovens é de 174 mortes para cada 100 mil habitantes de negros e 101 para cada 100 mil.

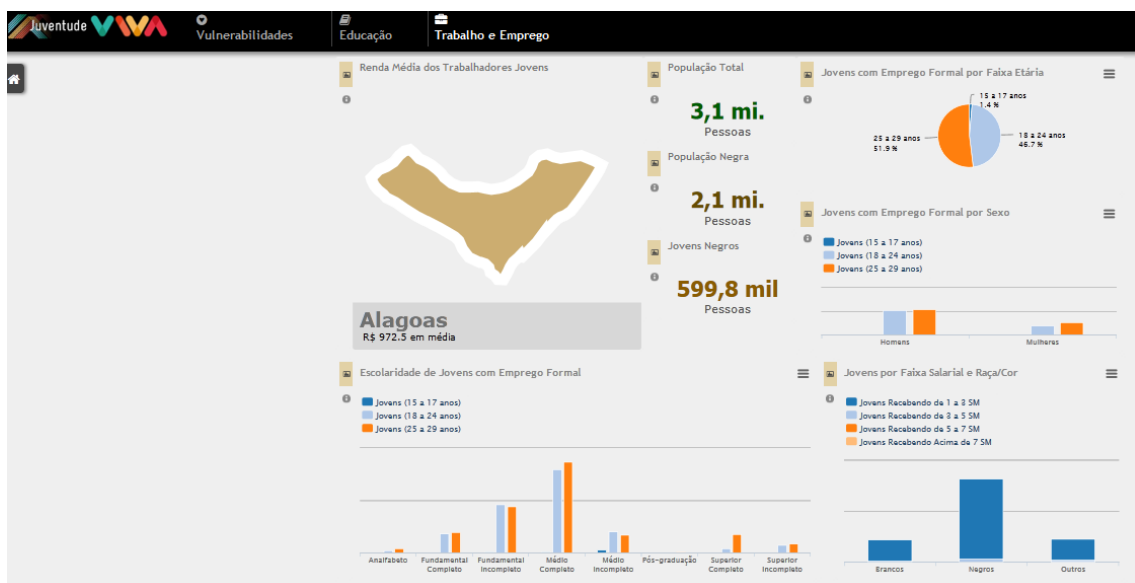
Figura 2 - Painel de Monitoramento Maceió/AL - Educação



Fonte: www.seppir.gov.br/monitoramento

A figura 2 mostra os indicadores de Educação do Estado de Alagoas. Pode-se verificar os anos de estudos, a distorção idade série a partir do 8º ano e ensino médio. Do mesmo modo, é possível observar o abandono escolar entre jovens acima de 15 anos. Assim como é possível observar que 72,9% dos negros e 27,1 dos brancos não estudam e nem trabalham.

Figura 3 - Painel de Monitoramento Maceió/AL – Trabalho e Emprego

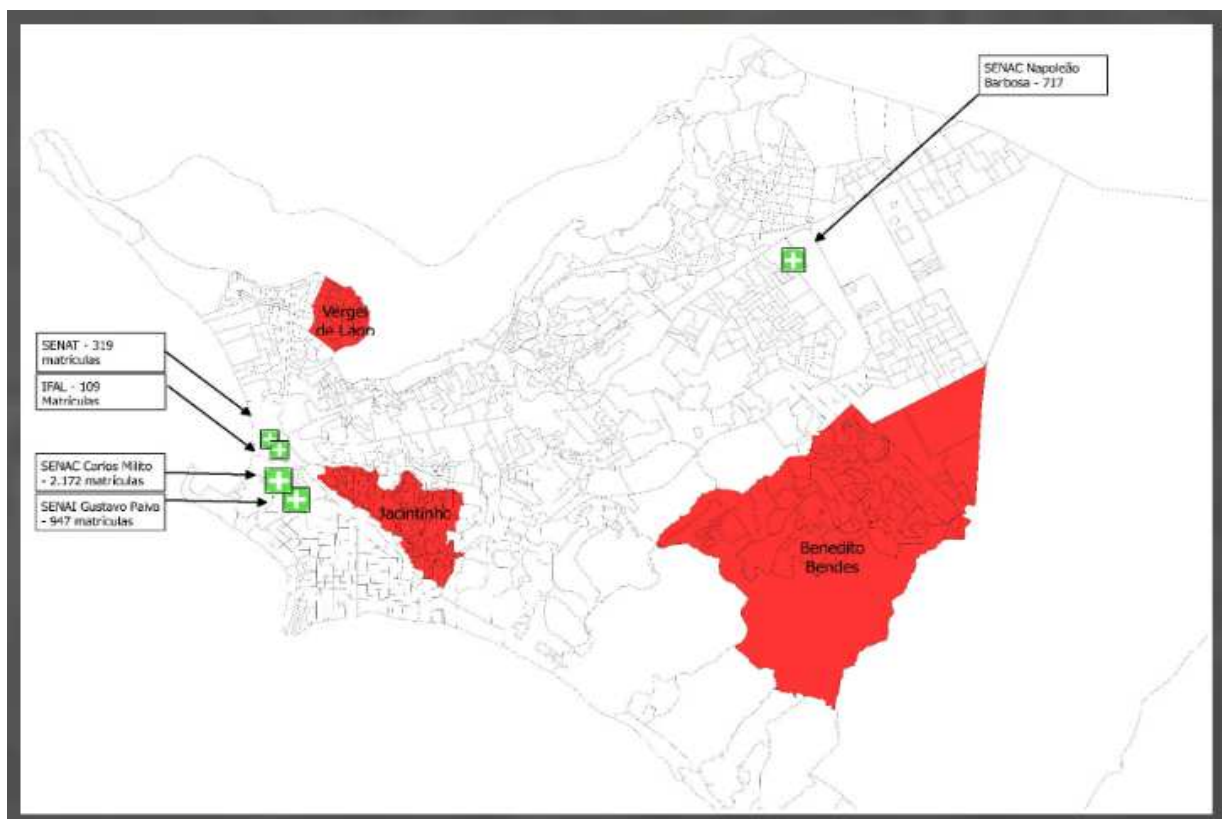


Fonte: www.seppir.gov.br/monitoramento

A Figura 3 mostra o painel de monitoramento referente ao Trabalho e Emprego de Alagoas, onde é possível constar a quantidade de jovens com emprego formal por faixa etária, escolaridade, jovem com emprego formal por sexo, número de jovens por faixa salarial e raça/cor. Observa-se que os jovens com Emprego Formal possuem o ensino médio com maior recorrência.

Na figura 4, pode-se verificar que os bairros destacados em vermelho são os territórios onde se verifica o maior número de homicídios, de acordo com o monitoramento do Estado (Figura 2), entretanto, as Políticas Públicas estavam sendo ofertadas fora dos bairros. Com esse monitoramento, é possível sugerir o redirecionamento geográfico para a oferta da política pública. Assim, as políticas públicas poderiam ser ofertadas dentro dos bairros onde ocorrem os maiores números de homicídios para facilitar a acessibilidade das instituições ofertantes em Maceió/AL.

Figura 4 - Mapa de Maceió e os 3 municípios de maior ocorrência de homicídios

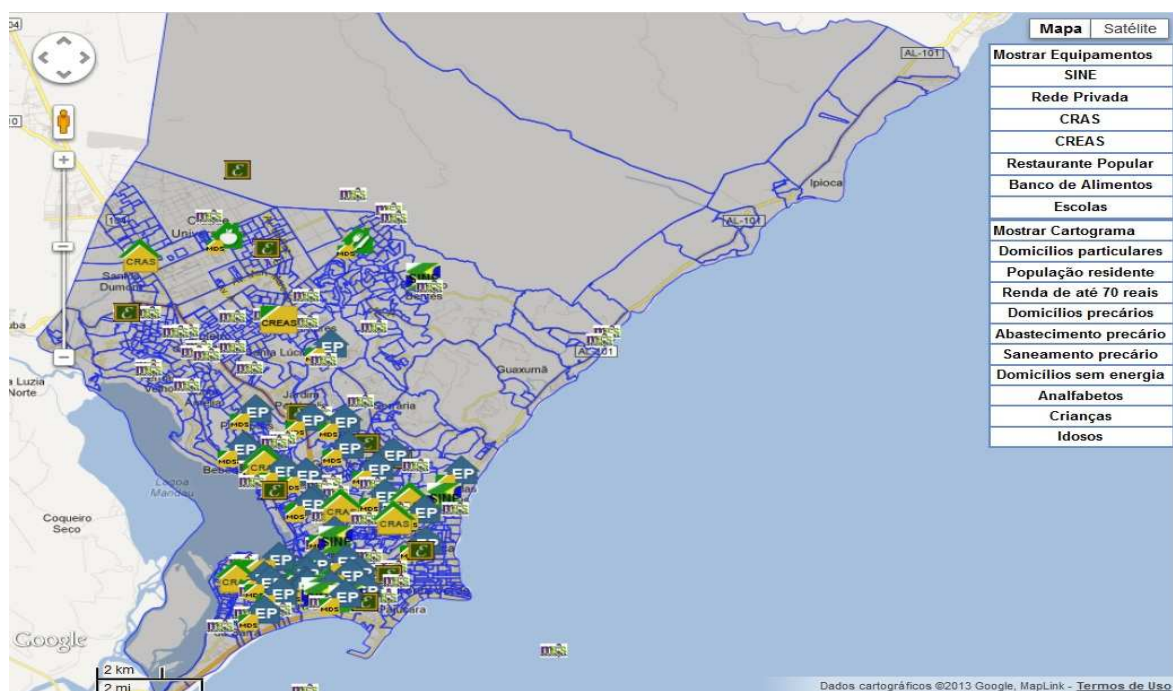


Fonte: www.seppir.gov.br/monitoramento

Do mesmo modo, pode ser observado na Figura 5 quais são as instituições públicas e privadas que oferecem cursos e instrumentos para a Juventude Negra no Município de Maceió/AL. O monitoramento identifica os bairros e locais onde são ofertados equipamentos e políticas públicas. A rede SINE, CRAS, CREAS, Restaurante Popular, Banco de Alimentos, Escolas, saneamento básico, instituições de cadastros para ofertar programas sociais, domicílios sem energia, concentração espacial do número de analfabetos que possibilitam cruzar os dados entre equipamento de políticas públicas e territórios que se localizam os maiores índices de violência.

Com esses dados e mapeamento da oferta de políticas públicas, é possível ampliar o diagnóstico e apontar com mais segurança, para a necessidade de ampliação ou redirecionamento de determinadas Políticas Públicas.

Figura 5 - Mapa de Maceió e as instituições que ofertam Políticas Públicas



Fonte: www.seppir.gov.br/monitoramento

Os articuladores do Plano Juventude Viva, contratados mediante parceria com a Fiocruz, executam o acompanhamento nos territórios em diálogo com o Comitê do Juviva, por meio da elaboração periódica de relatórios. Além de acompanhar a execução das ações de perto, os articuladores têm como objetivo mobilizar a sociedade civil e as instituições públicas para o enfrentamento à violência contra a juventude.

A Articuladora de Maceió atua na implementação e monitoramento do Plano nos territórios de Alagoas, em diálogo com os Ministérios e com a Secretaria Nacional de Juventude. Os relatórios periódicos produzidos por ela subsidiam o trabalho do Comitê Gestor, instância que também visa a articulação entre os Ministérios, facilitando o fluxo de informações.

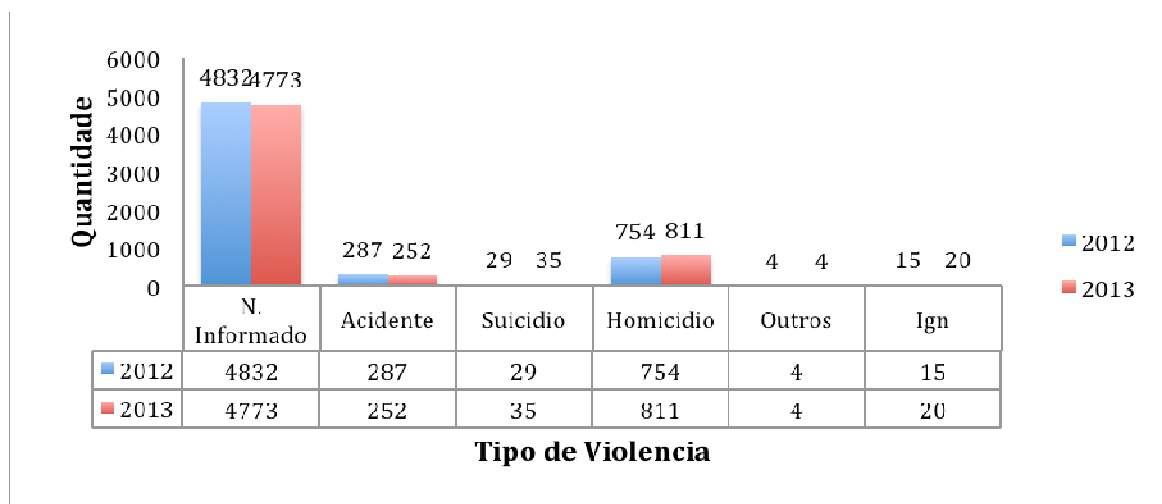
Em entrevista, o gestor responsável pelo Monitoramento do Juviva tem a noção da diferença entre Acompanhamento e Monitoramento. Para ele, “o foco do acompanhamento é no processo e eficiência (fez ou não fez)”; por sua vez, Monitoramento, no entendimento dele “tem o foco maior no produto ou no resultado, eficácia do produto (o dinheiro foi gasto, quanto tempo gastou, tem dinheiro ainda, devolveu algum dinheiro aos cofres públicos”.

No mesmo sentido, em entrevista, ele também afirma que a instalação do Comitê permite o monitoramento e a discussão sobre a expansão do Plano, que possui uma agenda complexa, articulada e se propõe a mudar princípios e valores dentro da sociedade.

4.3 Análise dos índices e resultado do Juventude Viva

Analisando somente os dados de Maceió/AL, Gráfico 5, observa-se que a implementação do Plano Juventude Viva não interferiu positivamente nos indicadores de homicídios.

Gráfico 4 – Óbitos – residentes de Maceió/AL. Frequência por ano do óbito segundo tipo de violência

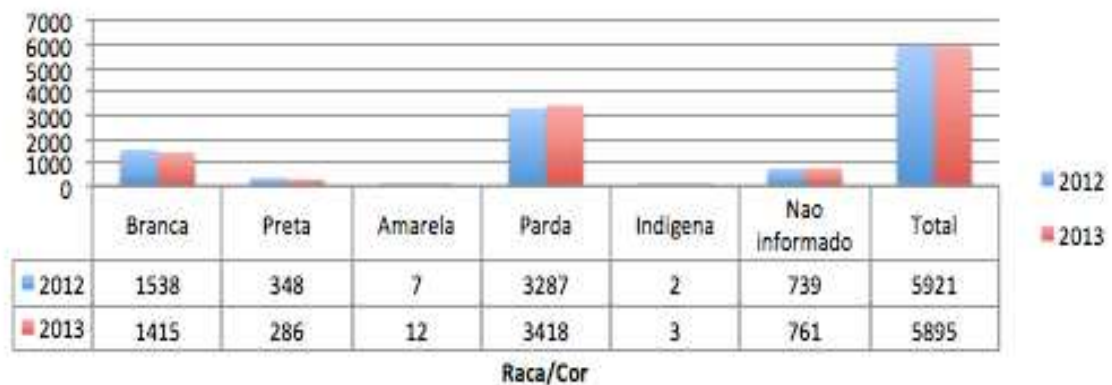


Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de Maceió/AL (SESAU/AL, 2014). Banco de dados sujeito a revisão (14/05/2014)

A partir da análise desse gráfico 4, pode ser observado que o número de homicídios entre 2012 (754) e 2013 (811) aumentou 7,5%, ou seja, 57 vítimas a mais em relação à 2012.

Mais que isso, o número de homicídios aumentou entre os Negros e diminuiu entre os Brancos, conforme Gráfico 5, onde pode-se constar que mesmo que esse Programa tenha sido direcionado para combater o extermínio da juventude negra, observa-se o aumento de homicídios entre a população negra, pois somando os índices de pretos e pardos, de 3635 em 2012 e 3704 em 2013, houve um acréscimo de 69 mortes entre os negros. Entretanto, houve diminuição dos indicadores entre brancos, 1538 em 2012, para 1415 em 2013, ou seja, houve uma diminuição de 123 homicídios entre os brancos.

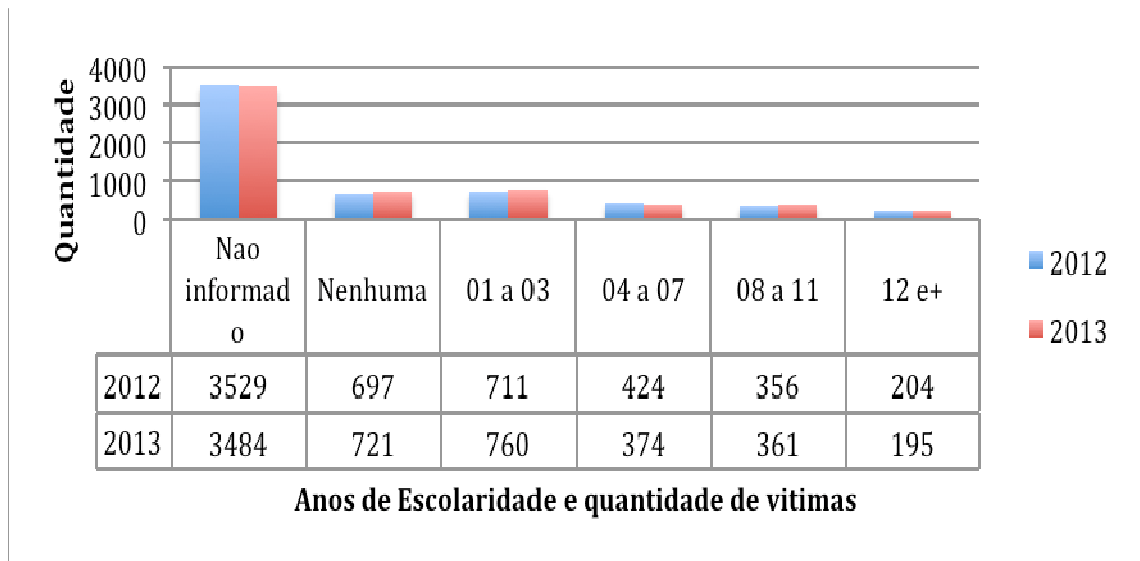
Gráfico 5 – Óbitos residentes em Maceió/AL. Frequência por ano do óbito segundo raça/cor



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de Maceió/AL (SESAU/AL, 2014). Banco de dados sujeito a revisão (14/05/2014)

No que se refere à escolaridade, pode-se estabelecer relação entre baixa escolaridade e aumento de homicídios. O Gráfico 6 mostra que há uma relação inversa entre os anos de estudo e o número de homicídios, ou seja, as pessoas que têm menos tempo de estudo, nenhum ano de estudo, é onde se verifica o maior número de homicídios, 697 em 2012 e 721 em 2013, por outro lado, aqueles que têm 12 anos de estudo ou mais, tem o menor número de homicídios, ou seja, 204 em 2012, sendo que houve diminuição em 2013 para 195.

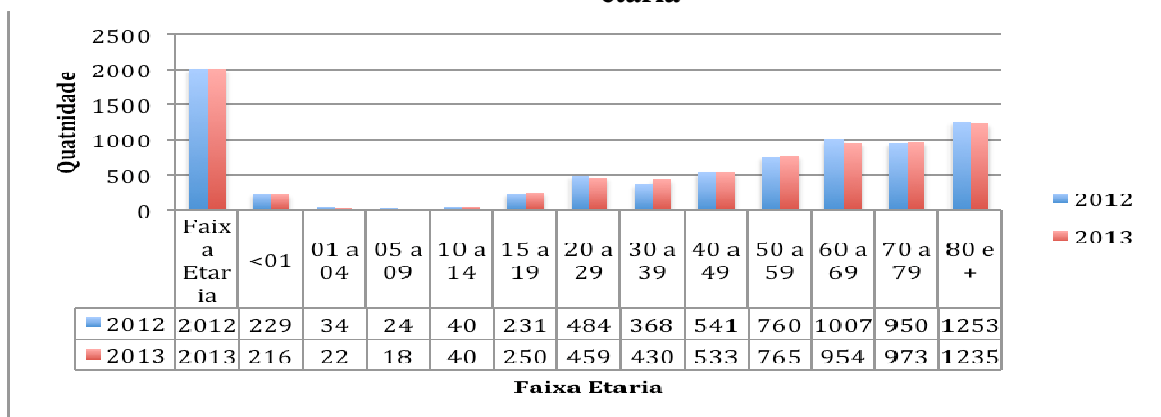
Gráfico 6 – Residentes em Maceió/AL Freqüência por Ano do Óbito segundo escolaridade



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de Maceió/AL (SESAU/AL, 2014). Banco de dados sujeito a revisão (14/05/2014)

No Gráfico 7, abaixo, pode-se observar a diminuição de homicídios entre jovens que tem entre 20 a 29, ou seja, diminuição de 25 jovens, isto é, 5,7%. Entretanto, de acordo com o Estatuto da Juventude, os jovens são aqueles que tem entre 15 e 29. Com isso, é preciso somar os 231 homicídios de jovens que têm entre 15 e 19 anos com os 484 dos jovens que tem 20 a 29, totalizando 715 em 2012. Nesse mesmo raciocínio, somando essas faixas etárias de 2014, chega-se ao número de 709, isto é, o resultado do Juviva foi a diminuição de 6 mortes, mesmo com todo o empenho, ações e recursos utilizados em Maceió/AL.

Gráfico 7 – Residentes de Maceió. Freqüência por ano do óbito segundo faixa etária



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de Maceió/AL (SESAU/AL, 2014). Banco de dados sujeito a revisão (14/05/2014)

Os gráficos 7 e 8 mostram que há aumento de vulnerabilidade para as pessoas que tem menos tempo de estudo e se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos. Observa-se que quanto menor tempo de estudo, maior número de homicídios entre estes. Logo, pode-se constatar que há uma relação estreita entre falta de escolaridade e faixa etária como fatores de vulnerabilidade social.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa buscou capturar as práticas de monitoramento e avaliação do Plano Juventude Viva, com vistas a conferir se produzem informações relevantes para julgar sistemática e objetivamente sua relevância, desempenho e efeitos, para verificar se alguma mudança é necessária a fim de aperfeiçoá-lo. A pesquisa realizada identificou que a sistemática atualmente adotada possui características que se aproximam mais de um acompanhamento do que de um monitoramento e uma avaliação do programa.

As políticas públicas com recorte racial, como o Plano Juventude Viva, estão inseridas num contexto social complexo. Nesse sentido, é, de certa forma, preciso reconhecer as diferenças e as necessidades de transversalidade da Política Pública que buscam promover a inclusão e proteção de determinados grupos excluídos.

Não obstante a preocupação da sociedade sobre os índices de violência no país e os elevados investimentos orçamentários em Segurança Pública, o Estado ainda não adotou ações eficazes para diminuir consideravelmente os números de homicídios no Brasil.

É possível perceber que as ações governamentais, por meio do Juventude Viva, vêm tentando resolver a violência por meio de Políticas Públicas que fomentam uma nova consciência para enfrentar a crescente criminalidade e a oferta de ações para conter as desigualdades sociais.

Os altos índices sobre homicídios no Brasil, evidenciam que o país é marcado por extremas desigualdades raciais, sociais e regionais, bem como mostram que a violência e a criminalidade têm impedido muitos jovens negros de realizarem a transição entre a vida jovem e a vida adulta, pois há alarmante interrupção precoce da vida desse segmento.

Esses índices apresentam um cenário dramático, tanto do povo de vista da gravidade própria do fenômeno da perda da vida, quanto no que se refere ao resultado que os indicadores de morte podem ter sobre a sociabilidade e o território local. Por essa razão, as Políticas Públicas de enfrentamento à violência é um dos temas mais urgentes que demandam ações do Estado, e deveria ser uma das agendas prioritárias para o governo e para sociedade brasileira nos próximos anos.

Observou-se que as políticas de promoção da igualdade racial e inclusão da Juventude Negra precisam ser transversais e intersetoriais, ou seja, requerem ações integradas entre as

áreas da educação, esporte, saúde e segurança, entre outras. Por isso mesmo, os temas da transversalidade e intersetorialidade são objetos de reflexão desse trabalho.

Em Alagoas, as instâncias de articulação fortaleceram a compreensão sobre a importância da intersetorialidade no desenvolvimento das políticas públicas. O Plano tem sido capaz de promover uma reflexão sobre a gestão governamental e o fazer das políticas públicas criando, com seu Comitê Gestor, espaço para ampliar a percepção da importância da ação conjunta e combinada de diferentes políticas nos territórios.

Embora o Plano Juventude Viva tenha contribuído para ampliar a percepção da importância da ação articulada de diferentes políticas nos territórios de maior vulnerabilidade para o enfrentamento à violência, infelizmente, não provocou diminuição dos indicadores de homicídios em Maceió/AL.

Em função desse cenário de pouca eficácia e efetividade, o Plano Juventude Viva precisaria passar por um processo de reformulação, com ajustes em sua concepção, execução e monitoramento. Ademais, em função da correlação entre pobreza, raça e vitimização por homicídios, seria fundamental uma articulação permanente entre o Juviva, o Plano Brasil sem Miséria e o Plano Brasil Mais Seguro, visando diminuir o número de homicídio entre a população negra.

6 Referências

- AGROSINO, Michael. *Etnografia e Observação Participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In. *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: Fase, 2003. p. 38-44.
- BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. *O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo*. Brasília: Liberlivro, 2010.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002. CANO, Ignacio. *Introdução à Avaliação de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti. A nova condição da política social. Em *Pauta*. Rio de Janeiro, n. 10, p. 9-49, nov. 1993.
- BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. p. 68-80. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. *Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : agendas transversais – monitoramento participativo : ano base 2012 / Volume I* Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico ; Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social - Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI, 2013.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. *Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : agendas transversais – monitoramento participativo : ano base 2012 / Volume II* Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social - Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI, 2013.
- BRASIL. PR/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Relatoria do Encontro Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil, realizado entre os dias 27 e 28 de novembro de 2012*. 50 P.
- BRASIL. SNJ/SG. Secretaria Nacional da Juventude. *Balanço de 1 ano em Alagoas*. 27 de setembro de 2013.
- _____. *Guia para implementação dos Programas Federais do Plano Juventude Viva em Alagoas*. 2012.
- _____. *O Plano Juventude Viva no seu Estado/Município*. s/d.
- BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 92, p. 5-21, nov. 2007.

CHIANCA, T. “Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil”. São Paulo: Global, 2001.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 2004.

COLLINS, Patrícia Hill. Fighting words: Black women and the search for justice. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1998.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MELO, Joyce de Souza Cunha; CARVALHO, Débora Nacif de. Da gestão da intersetorialidade: o caso do Programa BH Cidadania, Brasil. *Anais do Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Santiago, Chile, p. 18-21, oct. 2005.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social: a arte de escrever e pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. *Por uma Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1980.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3a ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: EdUnB, 2001.

GARCIA, Ronaldo. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. *Planejamento e Políticas Públicas*, Ipea. Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/72/82>

GARCIA, Renísia Cristina. Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005 / Renísia Cristina Garcia. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GARSON, Sol. Regiões Metropolitanas: obstáculos institucionais à cooperação em políticas urbanas. Tese (Doutorado). Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. p. 64-104 e 130-182.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. (1999). *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*, São Paulo, Ed. 34.

HEILBORN, Maria Luiza; BARRETO, Andreia; ARAUJO, Leila (org.). Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. Rio de Janeiro: CEPESC, 2010

IADB – Inter-American Development Bank (2003) *Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes – a Guide to Theoretical Modules and Possible Empirics*. IADB.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. *RAP*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 35-48, mar./abr. 1998.

_____. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos Fundap*, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano internacional dos Afrodescendentes. Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. – Brasília: Ipea, 2013.

_____. Custos das Mortes por causas Externas no Brasil. Carvalho, Marcelo Andre; Cerqueira, Daniel; Rodrigues, Rute; Lobão, Waldir. Brasília: Ipea, Texto para discussão N. 1284. 2007.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das Políticas Públicas de promoção das desigualdades raciais. In THEODORO, Mário etAlli(Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos da Abolição. Brasília, IPEA, novembro/2008.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

_____. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. *RAP*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 11-22, mar./abr. 1998.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. Anais do XI Concurso de Ensayos Del Clad “El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones”. Caracas: UNESCO/CLAD, Série Concurso de Ensayos CLAD. 1998.

KILSZTAIN, Samuel; Do Carmo, Manuela Santos Nunes; Toshiaki Lopes Sugahara, Gustavo e Souza Lopes, Erika de. Vítimas da Cor – Homicídios na Região Metropolitana de São Paulo. Laboratório de Economia Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – LES/PUCSP. 2000

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 72, p. 23-52, nov. 2002.

_____. Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LASWELL Laswell, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books.1936/1958.

LEJANO, Raul. *Parâmetros para análise de políticas*: fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita 2012

LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

LOBATO, Lenaura V. S. Algumas representações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: *Políticas Públicas. Coletânea*. Brasília: Enap, 2006, v. 2, p. 289-311.

MARINO, E. “Manual de Avaliação de Projetos Sociais” São Paulo: IAS – Pedagogia Social, 1ª edição, 1998.

MEAD, L. M. “PublicPolicy: Vision, Potential, Limits”, PolicyCurrents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MELLO, Jorge. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília, 1998.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Intersectorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. *Pensar BH/Política Social*. Belo Horizonte, p. 10-13, maio/jul. 2002.

MINAYO, Maria Cecília. S.(org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 22o edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

_____.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. (Orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

_____.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239- 248, jul.-set. 1993.

NAJAM, A. Learning from the literature on policy implementation: a synthesis perspective (Working Paper WP-95-62). Luxenbur: InternationalInstitute for Applied Systems Analysis, 1995.

OCDE (2002) Improving Policy Coherence and Integration for Sustainable Development: a checklist. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, Policy Brief, October 2002.

OCDE (2003) Coerência nas Políticas: relatório final de atividades. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE/Comitê de Gestão Pública, março de 2003.

OSZLAK, O. Políticas publicas y regimenepolíticos: reflexiones a partir de algunasexperienciaslatinoamericanas. *Revista de estudios CEDES* vol. 3 n. 2, Buenos Aires, pp. 5-58, 1980.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Pnud). Manual de seguimiento y evaluación de resultados — oficina de evaluación. New York: Pnud, 2002.

RAMOS, M. H. R.; BARBOSA, M. J. S. Gestão de políticas urbanas e mecanismos de democracia direta. In: *Metamorfozes sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.113-131.

RAMOS de SOUZA, et. al. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. *INFORMARE – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação*. Rio de Janeiro, v.2, n.1, jan./ jun. 1996.

RAMOS, Marília e SCHABBACH, Letícia. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*,

Rio de Janeiro, 46 (5), set./out., 2012, p. 1271-294. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n5/a05v46n5.pdf>

RODRIGUES, Marta M. Assunção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

RODRIGUES, L. C. Novas perspectivas metodológicas na avaliação de políticas públicas. Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano 1, vol. 2, no 2, jul-dez, 2008, p. 117-119. Resenha do livro de Raul Lejano, Frameworks for policy analysis: mergin text and context. Nova York: Routledge, 2006, 269 pp. Disponível em: <http://www.wpmapp.oktiva.com.br/wp-aval/files/2009/11/Lea.pdf>

ROCHA, Ana Angélica B. M. A importância da implementação para a análise das políticas públicas. *Pensamento & Realidade*, São Paulo, ano XV, v. 27 n° 1/2012, p.3-16. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/11521/8337>

ROSA, Maria V.F.P.C; ARNOLDI, Marlene A.G.C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEREIRA, Amauri Mendes. Uma Abordagem do Movimento Negro na sociedade brasileira. In: PEREIRA, Amauri Pereira. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. P.89 a 116. Belo Horizonte. Nandyala. 2008

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

SILVA, Frederico, ARAÚJO, Herton. *Cultura Viva: avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania*. Brasília: Ipea, 2010.

SILVA, Gustavo Tavares da. Políticas públicas e intersectorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado. *Cadernos Metrópole* n. 19, p. 81- 97, 1o sem. 2008.

SOARES, Glaucio Ary Dillon; Batitucci, Eduardo Cerqueira; Ribeiro, Ludmila. *AS MORTES DESIGUAIS EM MINAS GERAIS. Gênero, Idade, Estado Civil, Raça e Homicídio em Minas Gerais*. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2004.

SOARES, Amanda Natalheet AL. O diário de campo utilizado como estratégia de ensino e instrumento de análise do trabalho da enfermagem. *Revista Eletrônica de Enfermagem [Internet]*. 2011 out/dez;13(4):665-70. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v13/n4/v13n4a10.htm>

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, no 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersectorial: sim ou não? Comentários de experiência. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.

UNODC. *Global Study on Homicide*. United Nations publication, Sales No. 14.IV.1. 2013

VALARELLI, L. “Indicadores de resultados de projetos sociais”. In: Apoio à Gestão”. Rio de Janeiro; site da RITS; Artigo; 1999.

VIANNA, Ana Luiza D’Ávila. Novos riscos, a cidade e a intersectorialidade das políticas públicas. *RAP*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 3-33, mar./abr. 1998.

Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2013. Homicídios e Juventude no Brasil. Brasília: SNJ/SG/PR, 2013.

_____. Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil / – Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.